



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681102 - PI (2021/0224864-2)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : MARDSON ROCHA PAULO  
**ADVOGADO** : MARDSON ROCHA PAULO - PI015476  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**PACIENTE** : PABLO RUSEVEL SANTOS COUTINHO (PRESO)  
**CORRÉU** : WADAMS MANOEL ALVES DA LUZ  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PABLO RUSEVEL SANTOS COUTINHO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (HC n. 0751237-25.2021.8.18.0000).

O impetrante "foi condenado pela suposta prática do crime de roubo majorado, tendo a prisão mantida na sentença" (fl. 45), à pena de 12 anos 5 meses e 12 dias.

O impetrante alega que a sentença carece de fundamentação para manutenção da prisão. Argumenta que (fl. 5):

[...] não subsistem mais fundamentos que justifiquem a necessidade da manutenção da prisão preventiva do Paciente, neste momento, em 07.07.2021, quase um ano após ter sido proferida sentença condenatória sem fundamentação suficiente para a negativa do seu direito de recorrer em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que responda a apelação em liberdade, com eventual aplicação de medida cautelar diversa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que a segregação baseou-se no *modus operandi*: "paciente que,

em concurso de pessoas, supostamente solicitou uma corrida via aplicativo de celular, e ao entrar no veículo anunciou assalto, mediante grave ameaça à vítima, com emprego de simulacro de arma de fogo, mantendo-a restrita de sua liberdade" (fl. 47), o que não destoa da jurisprudência do STJ e consequentemente torna sem plausibilidade o pleito liminar no plantão.

A propósito:

3. Caso em que o acusado, em comparsaria com outros agentes, incluindo dois adolescentes, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo, subtraiu o veículo da vítima, motorista de aplicativo de transporte de passageiros, evidenciando a ousadia e a maior periculosidade do agente, mostrando que a prisão é devida para o fim de acautelar-se o meio social, evitando-se, inclusive, com a medida, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade, risco que se pode afirmar concreto, diante do modus operandi empregado.

4. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre *in casu*. (RHC 115.586/RS, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 5/11/2019.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente